

A questão do financiamento das Ongs dedicadas aos direitos humanos e sua relação com a respectiva concepção acerca do conflito árabe-israelense

Franklin Goldgrub

O debate sobre a origem do financiamento das ongs anti-israelenses sediadas em Israel pede uma reflexão mais detalhada e sistemática, que necessariamente abrange a situação das ongs dedicadas à defesa dos direitos humanos também em outros países.

O que já se afigura como uma evidência inescapável é que esses fundos provêm principalmente de organizações oficiais e semi-oficiais da União Européia e de países europeus não participantes dessa entidade, como a Dinamarca, a Suécia e a Noruega. Há também doadores privados, e um dos mais conhecidos é o megainvestidor George Soros — principal colaborador financeiro da J-Street, ong norte-americana filiada à mesma perspectiva.

É fácil constatar que as incessantes condenações de que Israel é objeto, não só por parte dessas ongs mas também da mídia e do Conselho de Direitos Humanos da ONU, se distinguem pela notável desproporcionalidade[1] em relação à atenção concedida ao conflito árabe-israelense, quando comparada com situações envolvendo mortes e disputas territoriais em qualquer região diferente do planeta, inclusive no próprio Oriente Médio.

Outros confrontos bélicos, inclusive bem mais graves, relacionados a massacres de população desarmada, invasões e limpeza étnica, são objeto de preocupação infinitamente menor, mesmo quando o número de baixas militares ou vítimas civis é imensamente maior.

Basta mencionar Darfur e sua guerra interna com dois milhões de mortos e centenas de milhares de desabrigados ao longo de 25 anos de conflito armado, cuja menção pela mídia não deve ultrapassar 1% do destaque concedido às habituais acusações feitas a Israel em relação aos palestinos. Geralmente essa situação é tratada como um exemplo de discriminação contra Israel, mediante a utilização do critério 'dois pesos, duas medidas'.

Difícilmente se poderia discordar, mas também dificilmente poder-se-ia deixar de perguntar pelas razões subjacentes a um tal estado de coisas. Efetivamente, não há como desinteressar-se pelas causas de uma situação tão anômala, para dizer o mínimo. Uma resposta bastante comum

associa o anti-sionismo contemporâneo ao anti-semitismo clássico. Para além da polémica que costuma suscitar, essa afirmação também pode parecer tão plausível (para os que a julgam bem fundamentada) como insuficiente.

A sua base provém da constatação de que os judeus vêm sendo discriminados há séculos a pretexto de deicídio, visto que essa espécie de anti-semitismo, de longe a mais comum em termos históricos, foi praticada costumeiramente por populações cristãs educadas na tradição da responsabilidade judaica pela crucificação do Filho de Deus, devido à rejeição da sua condição de Messias.

Um dos temas mais frequentes na iconografia anti-íraelense é a crucificação de um Cristo palestino por soldados da Tzahal. Como explicação auxiliar, acrescenta-se com frequência que a minoria judaica é utilizada como válvula de escape em situações de tensão social – espécie de recurso extremo a que o feudalismo, as monarquias e posteriormente as repúblicas europeias (vide Caso Dreyfuss) recorreram sempre que conveniente.

Mais uma vez, a plausibilidade da hipótese e a necessidade de prosseguir a interrogação se combinam. E, sobretudo, fica mais evidente a necessidade de perguntar pela especificidade relativa a cada situação histórica em que o preconceito se manifesta, seja contra a etnia ou, como acontece agora[2], contra o estado. Este artigo buscará os motivos fundamentais da discriminação na esfera econômica. A situação não deixa de ser paradoxal. As principais críticas a Israel provêm da esquerda, ou da corrente mais atuante da esquerda. O aspecto econômico associado a esse tipo de crítica, além de ter um peso pequeno, repousa na atribuição de “colonialismo” ao estado judeu.

O mais superficial dos exames, porém, permite distinguir claramente a relação entre Israel e o mundo árabe de qualquer semelhança com o colonialismo europeu. A apropriação de recursos naturais, a exploração da mão-de-obra nativa, a utilização da população local como mercado cativo estão a anos-luz de caracterizar a natureza das relações econômicas e sociais árabe-israelenses.

Em contrapartida, o interesse pelo petróleo sempre teve um papel predominante na importância concedida pela Inglaterra e a França, depois pela URSS e pelos EUA, à região. Os respectivos efeitos sociais e econômicos estão ligados à manutenção de sociedades árabes rigidamente hierarquizadas, cujas camadas dominantes, com raríssimas exceções, sempre se manifestaram contra a existência de Israel. (Os regimes islâmicos, aliás, também são absolutamente refratários a reconhecer o direito de outras minorias, como a cristã, a curda, a baha'i, etc.).

Com referência à população árabe em Israel, muito mais conspícua é a sua situação confortável e sobretudo nitidamente superior — tanto economicamente como em relação à qualidade de vida e aos direitos civis — à

condição dos cidadãos dos regimes ditatoriais do Oriente Médio. A pesquisa que aumenta o volume disponível de água corrente bem como os investimentos feitos em saneamento básico, eletricidade, comunicações, a possibilidade de estudar profissões técnicas e universitárias, a prática irrestrita de qualquer atividade profissional, as relações comerciais de produtores das aldeias e cidades árabes israelenses com o exterior são evidências mais do que suficientes (há várias outras) para inviabilizar qualquer veleidade de retratar o regime israelense, seja qual for o partido/coalizão no poder, pelo ângulo da discriminação contra seus cidadãos não judeus.

A equiparação entre as condições da população árabe israelense e o *apartheidsul*-africano é tão implausível (basta lembrar o direito de votar, de eleger-se, de organizar-se politicamente) que dispensa comentários, além de demonstrar o grau de distorção a que se entregam certos críticos. Pode-se dizer que, no âmbito de sua análise do conflito árabe-israelense, a esquerda usa o fator econômico a partir de uma ótica anacrônica que o torna completamente implausível. Esse tipo de argumentação leva água ao moinho do desprestígio do marxismo, ao ilustrar a simplificação abusiva supostamente decorrente da respectiva teoria.

O fator econômico, uma das pedras de toque do marxismo, porém, continua fundamental, desde que utilizado no âmbito de uma análise cuidadosa. Voltando ao ponto inicial, trata-se de perguntar pelas razões subjacentes ao financiamento das Ongs dedicadas oficialmente à defesa dos direitos humanos, israelenses e não israelenses.

Não é segredo que setores econômicos ocidentais capazes de movimentar ativos financeiros nada desprezíveis atuam no âmbito da economia do petróleo (indústria do transporte, incluindo veículos, estradas, pneus, e indústria de plásticos, com suas inúmeras ramificações, para citar apenas dois casos). Em acréscimo, os petrodólares provenientes de exportações para as nações árabe-muçulmanas constituem um dos principais motores da economia europeia.

Portanto, o temor ao boicote não tem atualmente qualquer importância explicativa em relação às relações entre o mundo árabe e a Europa, porque tornou-se totalmente desnecessário enquanto arma político-econômica do Islã (além de prejudicial para os próprios exportadores de petróleo). É igualmente bastante conhecido o fato de que a liderança dos países árabe-muçulmanos destina uma parte mínima do produto nacional bruto para as respectivas economias.

Não constitui tampouco qualquer novidade afirmar que essa política de investir majoritariamente em armas, consumo suntuoso e ações de empresas ocidentais deriva da estratégia de impedir modificações estruturais em sociedades que se mantêm muito próximas ao que no ocidente foi descrito, do

ponto de vista econômico, como “feudalismo” – embora politicamente sejam sociedades cujo poder é fortemente centralizado.

A expressão “feudalismo”, no caso, se justifica quando se leva em conta o peso ínfimo que a sociedade tem perante o estado bem como o papel decisivo desempenhado pela religião. O clero islâmico frequentemente participa das decisões políticas, em certos países mais do que em outros, mas, independentemente dessa variação, tem um papel decisivo na preconização da submissão da população às respectivas lideranças.

Mais do que tudo, a espécie de feudalismo que caracteriza o mundo árabe-muçulmano deriva da manutenção de uma economia baseada em estruturas agro-pastoris arcaicas. Para os setores econômicos ocidentais que se relacionam comercialmente com as sociedades semi-feudais dos países exportadores de petróleo e países adjacentes, subordinados aos detentores do “ouro negro”, qualquer modificação nesse estado de coisas se afigura como um risco — tão desnecessário como desagradável.

Os regimes autoritários, quase sempre de natureza ditatorial, quer aristocráticos, teocráticos ou castrenses, que governam as sociedades árabe-muçulmanas do Oriente Médio, vêm Israel como um fator de desestabilização. Não somente os judeus, mas todas as minorias (cristãos, quer maronitas ou coptas, curdos, baha'is, drusos) representam uma ameaça ao monolitismo. As próprias seitas muçulmanas minoritárias (xiitas em países sunitas, ou o inverso), também são discriminadas. A situação da minoria judaica é mais delicada em virtude de que Israel é um país soberano. A sociedade israelense constitui um exemplo potencialmente subversivo para a população árabe/muçulmana governada com mão de ferro por sheiks, aiatolás ou generais.

A partir dessa ótica, não há porque surpreender-se com o financiamento das ONGs anti-israelenses por parte desse setor da economia ocidental. Nem para as ditaduras árabe-muçulmanas, nem para os seus beneficiários ocidentais, interessa qualquer modificação no *status quo*.

Resta perguntar pela motivação da esquerda para aderir a essa perspectiva.

Efetivamente, cabe aos intelectuais, quer trabalhem na mídia ou no ensino, o protagonismo na argumentação que procura atribuir a Israel os pecados do colonialismo, envolvendo exploração, negação dos direitos civis, limpeza étnica e práticas genocidas contra os palestinos. Duas são as hipóteses possíveis, plenamente compatíveis entre si.

A primeira delas parte da constatação de que são atribuídas a Israel as características que inegavelmente marcaram a história das sociedades auto-denominadas socialistas do leste europeu. Tanto a União Soviética como os países em que o regime socialista foi implantado pelo Exército Vermelho na esteira da ofensiva contra a Alemanha nazista, se notabilizaram pela violação sistemática dos direitos humanos e pela adoção de uma política elitista, cujos principais beneficiários se contavam entre os primeiros escalões do partido comunista. Evidências do tipo se tornaram incontroversas a partir do XXº Congresso do PCUS e amplamente conhecidas após a destituição das lideranças comunistas da Romênia, Alemanha Oriental, Polônia e Tchecoslováquia, para citar alguns países em que a corrupção assumiu formas mais conspícuas. A situação dos direitos humanos em Cuba, na Coreia do Norte e na China, tampouco é de molde a recomendar a ditadura do proletariado.

Além da questão ética, do ponto de vista econômico os regimes socialistas fracassaram claramente e a China, talvez uma exceção desse ponto de vista, é considerada, em relação à sua estrutura produtiva, um país mais próximo do capitalismo do que da planificação estatal.

Não deixa de ser interessante verificar que o monolitismo preconizado por Stalin se repete nas sociedades islâmicas. A ditadura do proletariado e a ditadura do califado compartilham várias características, inclusive a do “culto à personalidade” e a ojeriza declarada a qualquer tipo de oposição.

Para a intelectualidade de esquerda, ou para a sua corrente dominante, as críticas a Israel, proferidas a partir de uma pretensa posição humanista, constituem uma forma de recuperar a imagem ética seriamente abalada pela história dos regimes socialistas. Ao indigitar Israel, a esquerda crê cumprir o seu papel de proteger uma minoria oprimida, ocultando ou pelo menos minimizando a violação de direitos humanos praticada de maneira contumaz pelo “socialismo real” (inclusive atualmente). Em vez de proceder a um exame de consciência, essa esquerda optou pela utilização de Israel como bode expiatório, segundo a mais clássica tradição anti-semita europeia.

O exame da respectiva argumentação mostra que Israel, como anteriormente os judeus, se presta admiravelmente ao procedimento que a psicanálise descreve como “projeção”. A respectiva equação pode ser descrita da seguinte maneira: judeu = dinheiro = capitalismo = imperialismo americano = Israel = apropriação de bens de não judeus (roubo de terras palestinas). A segunda hipótese não é menos desfavorável à imagem pretendida pela esquerda.

Parte da constatação de que os setores econômicos ocidentais ligados ao petrodólar não se limitam a gerir os seus negócios . Agem igualmente na esfera

da política e, portanto, também na produção e divulgação de informações. Seria extremamente ingênuo pensar que a mídia — rádio, televisão, jornais, internet — seja independente. Anúncios e outras formas de participação financeira — inclusive em relação à propriedade de ações — constituem aspectos vitais para a sobrevivência das grandes empresas de comunicação.

As habituais menções ao “lobby judaico” são, em grande medida, também projeções destinadas a esconder a influência decisiva dos interesses associados à economia do petrodólar na produção e na divulgação de notícias.

Mas aqui há outra questão a ser considerada. É preciso que os artigos, as análises, as notícias, as manchetes, os editoriais, sejam revestidos de uma “*rationale*”, de um verniz argumentativo. Ninguém melhor do que intelectuais para desincumbir-se da tarefa. Assim, chega-se ao paradoxo de que boa parte dos jornalistas compactua com as imensas distorções veiculadas acerca do conflito árabe-israelense por motivos econômicos e profissionais.

Empregos e salários, promoções e status profissional e, além disso, a segurança de pertencer a uma elite intelectual cuja senha consiste na condenação sistemática de Israel e do sionismo são itens muito mais importantes do que analisar com isenção e profundidade. Sobretudo muito mais importantes do que a menção às razões que levam as ditaduras do Oriente Médio a preconizar a destruição de Israel.

Não por acaso as atrocidades praticadas pelos regimes islâmicos são praticamente ignoradas ou reduzidas ao mínimo dos mínimos. Entende-se assim a constância e o volume do noticiário sobre o conflito árabe-israelense e a quase ausência de menção aos genocídios ocorridos na África, ao bombardeio de populações curdas pelo regime turco, à prisão de ativistas de direitos humanos na Síria, às fraudes eleitorais no Irã e no Egito, aos massacres de cristãos no Iraque, no Egito, em Gaza, ao êxodo da população cristã libanesa a partir do assassinato de sua liderança política e em geral ao terrorismo fundamentalista nas Filipinas, na Índia, na Rússia e em outros países cuja minoria islâmica atingiu uma massa crítica. Em última análise, o dinheiro que sustenta as empresas de comunicação provém de setores associados aos interesses políticos dos regimes ditatoriais do Oriente Médio. Portanto, deve-se silenciar a respeito das respectivas violações de direitos humanos. Algumas manifestações dos desmandos iranianos — como o apedrejamento de mulheres — são denunciados porque o fanatismo dos aiatolás também ameaça a estabilidade das relações entre o ocidente e o oriente médio árabe-muçulmano e deve portanto ser mantido em xeque, devidamente controlado. Mesmo assim, é fácil perceber a imensa dificuldade de impor sanções às empresas e países que negociam com o Irã.

A Arábia Saudita é talvez a melhor representação do modelo político e social cuja manutenção interessa ao ocidente. Os seus petrodólares alimentam parte

considerável da economia ocidental, na mesma medida em que não são investidos internamente, e correspondentemente as informações sobre a sua legislação vazam em quantidade mínima. A aristocracia saudita age no silêncio e com prudência. Nem por isso se priva de financiar a formação de um clero virulentamente anti-ocidental nas madrassas espalhadas pelo mundo islâmico.

Mais ainda, o país da Meca é um grande financiador das ongs e fundações anti-israelenses, como a presidida por Jimmy Carter, ex-presidente norte-americano. Há pouco tempo dois diretores da Human Rights Watch viajaram a Ryad para receber contribuições. Solicitar que a Arábia Saudita invista numa entidade oficialmente destinada a defender direitos humanos é o mesmo que pedir a Drácula que doe sangue. Mas o absurdo da situação torna-se plenamente compreensível desde que seja levado em conta que a HRW move sua incessante campanha de demonização contra Israel com a finalidade de ocultar, mediante as acusações ao estado judeu, a brutal violação de direitos humanos cometida no mundo árabe-muçulmano.

Em outras palavras, os intelectuais que criam na mídia o clima de demonização de Israel, estão a serviço, em última análise, de interesses econômicos que a esquerda sempre vituperou através de expressões como 'colonialismo' e 'imperialismo', substituídas agora pelo termo "globalização".

Difícilmente se encontrará, em termos de política e ideologia, uma contradição desse porte. A aliança entre ditaduras islâmicas, setores econômicos ocidentais vinculados ao petrodólar e a militância de esquerda (ou que assim se denomina), ficará patente se as fontes de financiamento das respectivas ongs forem reveladas.

Como seria de se esperar, a reação contra a citada proposta de legislação não tardou. Baseia-se fundamentalmente em dois argumentos: o direito à liberdade de expressão e a acusação de que os defensores da referida legislação são políticos direitistas de inspiração fascista.

A legislação proposta, porém, não proíbe que essas ongs publiquem ou divulguem de qualquer outra maneira a sua concepção acerca de Israel. Mas, ao permitir identificar quem financia suas atividades, torna patente quais são os interesses subjacentes. Revela, mais ainda, a imensa contradição de militantes que se dizem de esquerda mas ao mesmo tempo estão a serviço tanto de empresas totalmente identificadas com a economia de mercado como com os seus parceiros detentores do poder nos regimes ditatoriais árabe-muçulmanos.

Expõe, além disso, as verdadeiras razões pelas quais as críticas dessas ongs raramente (e apenas com a função da dissimulação) são dirigidas às brutais violações de direitos humanos praticadas nos países islâmicos. As tímidas observações sobre as violações de direitos humanos por parte do Hamas, em Gaza, constantes do Relatório Goldstone, são um excelente exemplo dessa

situação espúria. A parte do leão nas respectivas acusações foi dirigida aos “crimes de guerra israelenses” com base em “informações” fornecidas à respectiva comissão de investigação por parte das referidas ongs.

Em contraposição, recentemente um portavoz do Hamas, casualmente, reconheceu que a maioria das baixas em Gaza, conforme informado pelo exército israelense, referia-se a combatentes e não a civis. Por outro lado, se cidadãos, grupos ou o estado israelense decidirem processar ongs que divulguem informações demonstravelmente falsas e que constituam manifestações incontestes de incitação, trata-se de um direito mais do que consagrado pela legislação de qualquer país democrático.

Caso contrário, poder-se-ia igualmente defender o direito da imprensa alemã dos anos 30 a publicar maciçamente as opiniões dos líderes nazistas a respeito dos judeus enquanto manifestação legítima do direito à liberdade de expressão. Foi dessa maneira que *Der Stürmer* e publicações semelhantes prepararam o Holocausto.

A distinção entre liberdade de expressão e incitação ao ódio mediante informações falsas, calúnias, deformação, aliás práticas comuns das ongs anti-israelenses, pode ser sutil ou clara, conforme o caso. A justiça, de qualquer maneira, tem como analisar cada situação.

Um exemplo mais do que conhecido do grau de incitação criminosa de que é capaz a mídia quando imbuída da tendência a demonizar o estado judeu é o famoso *affaire* Al-Dura, em que o pretense assassinato de um adolescente palestino pelo exército israelense, amplamente divulgado pelo Canal 2 francês a partir de um “filme” encenado por cinegrafista palestino e endossado pelo seu correspondente em Israel, Charles Enderlin, foi usado como pretexto para justificar crimes hediondos cometidos por terroristas islâmicos.

A militância auto-denominada de esquerda tenta impor uma concepção segundo a qual quem defende Israel pertence ao campo da direita, convenientemente estigmatizado como néo-fascista, enquanto os críticos do estado judeu pertencem a uma sacrossanta ideologia humanista de base marxista, com direitos perpétuos sobre a correção política e o monopólio da ética.

Nada mais falso. Não há qualquer relação entre pertencer politicamente à esquerda ou à direita (ambas constituindo, aliás, escolhas políticas perfeitamente legítimas, ao alcance de qualquer cidadão), e o posicionamento perante o conflito árabe-israelense.

Pode-se pertencer ideologicamente ao campo da esquerda e ao mesmo tempo defender o direito de Israel à existência em segurança, recusando o “retorno” dos “seis milhões de refugiados”, considerando legítimos os assentamentos, que em nada prejudicam a paz, e argumentando que Jerusalém deve permanecer sob soberania judaica, condição demonstravelmente necessária para que todos os seus munícipes, judeus e não judeus, gozem de qualidade de vida e tenham garantidos seus direitos civis, inclusive em relação à liberdade religiosa, com acesso aos respectivos lugares sagrados, devidamente respeitados e cuidados.

Quem não deve não teme. O pavor que os representantes das ongs anti-israelenses exibem diante da proposta de uma legislação absolutamente compreensível e justificável, do ponto de vista lógico, mostra quão contraditória e hipócrita é a sua subordinação ao que de mais anti-humanista, anti-pacifista e anti-ético possa existir do ponto de vista dos interesses econômicos e ideológicos em jogo no que se refere ao conflito árabe-israelense.

[1] Termo habitualmente usado para caracterizar negativamente as operações militares do estado judeu.[2] Ressalvando novamente: para aqueles que consideram essa explicação plausível.

www.franklingoldgrub.com